

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Ricardo Roberto Behr¹; Rosiani Oliveira Pereira²; Rubens Patrocínio Senna³; Nayara Rodrigues Bernardes⁴;

RESUMO: A Economia Solidária é identificada como uma iniciativa política e econômica. Constitui-se num projeto de sociedade, numa tentativa de autogeração de renda, emitindo propostas de intervenção coletiva. A partir de 2003 o governo federal criou órgãos institucionais de monitoramento em Economia Solidária e realizou mapeamentos, identificando os empreendimentos solidários existentes em todo o Brasil. Com o olhar nessa realidade, o presente estudo elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário deste estudo. A presente pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter descritivo. Teve como objetivos conhecer os empreendimentos existentes no município e identificar as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço desses empreendimentos. Os resultados apontam fragilidades e limitações nesse processo. Identifica necessidade de uma política de Estado para possibilitar parcerias mais efetivas, que poderão ser formalizadas nos níveis federados de gestão e que estariam isentas às mudanças de governo.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária, autogestão, empreendimentos solidários.

A Economia Solidária se constitui na atualidade como um projeto político e econômico de sociedade que se manifesta pela ação de grupos locais, numa tentativa de autogeração de renda e resolução das suas problemáticas sociais. Têm em sua dinâmica de trabalho a oferta ou os serviços prestados por meio das iniciativas vinculando-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. É identificada como uma geração de iniciativas, simultaneamente políticas e econômicas surgidas nas últimas décadas, que prolonga e renova a economia social, concedendo, propostas concretas de intervenção social presente num período de crise capitalista (FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2000; TENÓRIO, 1999).

Em 2003 o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esta secretaria na implementação de seus trabalhos realizou dois Mapeamentos: o primeiro em 2005/2007; e o segundo iniciou-se em 2010 e finalizou-se em 2013. Estas iniciativas contribuíram para implantação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Dados do mapeamento registram que o estado do Espírito Santo possui 572 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), dentre esses, 367 situam-se na zona

1Professor, Dr. Engenharia de Produção, PPGAdm/UFES, rrbahr@gmail.com

2Pesquisadora, MSc Saúde Coletiva/UFES, rosiani.rosa@gmail.com

3Mestrando Administração, PPGAdm/UFES, rubenspsenna@yahoo.com.br

4Mestranda Administração, PPGAdm/UFES, nayararbernardes@gmail.com

rural, 190 na área urbana e 15 desses possui características tanto urbana como rural e, admite-se existência de empreendimentos que possuem características de organizações coletivas solidárias e autogeridas, mas ainda sem reconhecimentos. Essas informações nos instigaram a conhecer mais apuradamente a realidade dos empreendimentos registrados no Estado do ES.

Desta forma, a presente pesquisa elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário de estudo e elegeu como objetivos: conhecer os empreendimentos solidários existentes no município e identificar as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço dos empreendimentos solidários.

Esse estudo faz parte dos resultados parciais da implementação de um projeto de pesquisa denominada Economia Solidária no Estado do Espírito Santo: um diagnóstico da necessidade de assessoria e apoio técnico na Região 1 - Metropolitana. O referido projeto foi submetido às regras do Edital nº 7/ 2014 – Universal de Projeto Integrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, foi aprovado, contemplado com o financiamento e possui vigência de 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2017.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MODELO ECONÔMICO CAPITALISTA

O debate da Economia Solidária tem sua origem no movimento dos trabalhadores surgidos durante a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra e Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX. Foi identificada primeiramente como cooperativismo revolucionário; cenários da introdução das máquinas a vapor nas fábricas. Nesse contexto, o trabalhador perdeu os seus instrumentos de trabalho, o tendo sua força laboral negociada e exercida sob uma acirrada supervisão. Essas mudanças redundaram na reestruturação das relações de produção e na consolidação do capitalismo (SINGER, 2000; RANGEL, 2012).

O sistema econômico capitalista é um sistema autorregulado que vive a mercê da mão livre do mercado. Prima pelo lucro, pela acumulação da riqueza e pela propriedade privada dos meios de produção. Sistema, portanto, de cunho racionalista e egocêntrico, onde a riqueza se concentra nas mãos de poucos. Essas características denuncia um sistema injusto que contribui para o aparecimento de sérios fenômenos sociais como a pobreza, a desigualdade, a alienação e a exclusão social. Como

consequência desses fatores, surge no seio da sociedade problemas sociais como o aumento da pobreza e o desemprego; que não são resolvidos pelo setor público e muito menos pelo setor privado.

Nesse contexto, Laville, (2009b) reflete que a economia que tem uma combinação entre o mercado autorregulado e uma sociedade de capitais, abre precedentes à constituição de novas formas de desenvolvimento de projeto de uma sociedade, enraizada no mecanismo de sua própria economia. Esse fenômeno se constitui num outro polo constitutivo, denominada de economia não mercantil, cuja distribuição de bens e serviços é confiada à redistribuição. Ainda sobre essa questão o autor considera que [...] “Quando não conhece limites, a economia de mercado resulta na sociedade de mercado, na qual o mercado tende a englobar e a organizar a sociedade” (LAVILLE, 2009b p. 146). Em outras palavras, podemos considerar que nesse universo uma sociedade que se encontra excluída, para sua sobrevivência, recorre a outras formas de organização do trabalho.

É nesse contexto é que emerge a economia solidária. Trata-se de uma economia organizada coletivamente. Têm seus princípios pautados pela igualdade, solidariedade, democracia e cooperação (SINGER, 2002; ANTEAG, 2005). Como aponta Tenório (1998), a economia solidária tem sua atuação pautada na cidadania deliberativa, enfatiza a ação gerencial participativa dos diferentes atores sociais nos processos decisórios, exercidos por meio da harmonização e do entendimento mútuo, na construção dos planos de ação, elaborada pelos diferentes sujeitos (FRANÇA-FILHO, 1999).

Essa forma de organização contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo e dialógico; e estabelece um novo compromisso entre a economia monetária e não monetária, sem romper com a ideia de que o trabalho é o maior integrador (FRANÇA-FILHO, 1999). Diferentemente das empresas que se constituem dentro do mercado convencional, os empreendimentos da economia solidária possuem hoje uma série de experiências organizacionais inscritas nessa dinâmica, conhecida como novas formas de solidariedade.

França-Filho (2001, p.3) descreve que “[...] a economia solidária como modo de regulação pode ser identificar como hibridação da economia (ou de recursos) permitindo a perenidade dos projetos criados pois se articulam aqui diversas formas de recursos”. Nesse debate Laville (2009a) identifica que as iniciativas associativas que emerge a economia solidária aparecem numa relação simultaneamente políticas e econômicas, surgidas nas últimas décadas, identificada como uma economia plural que prolonga e

renova a economia social, oferecendo, assim, propostas concretas para uma outra economia, num período de crise capitalista.

2.2 POLITICAS PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Economia solidária emerge numa proposta socializante e democrática, com raízes nos movimentos sociais, quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora, como respostas às comunidades empobrecidas. Tem o olhar no crescente desemprego e na exclusão social decorrentes da opção neoliberal, para superar a crise de acumulação capitalista (SCHIOCHET, 2009).

Com a inserção das “forças democrático-populares”, ao poder local, a temática passou a ser incorporada na agenda dos governos e foram surgindo os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária. Essas iniciativas ganharam relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos (SENAES/MTE, 2008). Esse relato defende que a economia solidária tem suas ações também por meio de ações governamentais, não se restringindo apenas às iniciativas da sociedade civil.

No Brasil, a economia solidária emergiu na década de 1980, mas, só ganha visibilidade em 1995 (quinze anos depois), durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia com o tema “Formas de combate e resistência à pobreza” e no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) onde o debate se intensifica (LECHAT, 2002; NAGEM; SILVA, 2013). Schiochet (2009) relata que a agenda política ora introduzida foi sustentada em práticas econômicas concretas, onde trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão. Nesse cenário, agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista. Além disso, comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção e serviços, compras coletivas, fundos solidários e rotativos de crédito.

A partir de 2003, com a chegada do governo Lula, a economia solidária como ação governamental ganha reconhecimento com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que passaram a promover estudos e debates (SENAES/MTE, 2008). Essas

iniciativas permitiram com que gestores dialogassem entre si, trocassem experiências, saberes do que estava sendo implementado nos estados e municípios. Nesse contexto, foi-se realizando avaliações críticas e consolidando uma compreensão de que havia unidade na diversidade. No entanto, análises sobre os avanços políticos e institucionais identificaram as políticas de economia solidária apenas como “políticas de governo”, encontrando-se a mercê dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Nesse sentido, Schiochet (2009) faz as seguintes interrogações: como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos dos (as) trabalhadores(as) e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Pontos esses parecem ser fundamentais, para o avanço e a consolidação das políticas públicas de economia solidária.

No entanto, mesmo com as fragilidades relatadas, constata-se que os processos mais sistemáticos de oficinas e atividades formativas de gestores, foram ampliadas com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essas oficinas permitiram a sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de economia solidária.

Após essas iniciativas, as conferências, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país. Somando-se a isso foi estabelecido o Conselho Nacional de Economia Solidária que configurou uma nova institucionalidade no Brasil para as políticas de economia solidária (SCHIOCHET, 2009).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, com caráter descritivo. Elegeu o município de Cariacica – Espírito Santo, como cenário de estudo e colocou como objetivo geral: descrever a realidade da economia solidária identificada no município de Cariacica e como objetivos específicos: identificar os empreendimentos solidários no momento atual e conhecer as iniciativas encontradas no nível municipal de gestão para apoio e avanço desses empreendimentos. Minayo (2008) e Tobar e Yalour (2001) consideram que a pesquisa qualitativa pode contribuir para focalizar estudos nas instituições, nos grupos,

nos movimentos sociais e no conjunto de interações pessoais, com a finalidade de entender a natureza de um fenômeno social.

Para identificar os empreendimentos solidários existentes no município de Cariacica, foi utilizada a base de dados da SIES. Dentre os empreendimentos solidários pesquisado, respaldado por Salazar (2008), o estudo considerou apenas aqueles que possuem relações solidárias e democráticas entre os membros, geradores de renda e trabalho, ou ligados diretamente a esses; e os que demonstram uma vontade política em transformação das relações sociais. Posteriormente visitou-se empreendimentos indicados pelos gestores e colaboradores atuantes na economia solidária no citado município que participaram em todas das fases da pesquisa.

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica da entrevista, semiestruturada, utilizando-se de um tópico guia para não perder de vista os objetivos do trabalho, bem como deixar os entrevistados mais à vontade para contribuir (GASKELL, 2002). Os entrevistados foram os gestores, responsáveis pela economia solidária no nível municipal e os representantes dos empreendimentos econômicos solidários. No ato da pesquisa foi-lhes dado clareza quanto aos objetivos propostos e solicitado a devida autorização. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal (GASKELL, 2002). Os dados foram organizados e descritos buscando responder aos objetivos propostos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Cariacica possui uma população de 348.738 habitantes, sendo que 95% encontram-se na área urbana. Possui uma área de 279,98 km² (IBGE, 2010). Os dados do mapeamento da SENAES (2013) informam que no município existe um total de 28 empreendimentos solidários, dentre esses, 17 encontram-se na área urbana, sete na área rural e cinco encontram-se numa área urbana e rural.

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Nº	Nome do empreendimento/ Ramos de atividade	ID	Início	Situação
01	Associação Beneficente de Catadores de Material Reciclável de Nova Rosa da Penha – Acamarp	109.680	2001	ATIVO
02	Associação dos Catadores de Caranguejo de Nova Rosa da Penha – Ascapenha	111.919	2010	ATIVO
03	Banco Comunitário de Desenvolvimento - Banco Sol	112214	2008	ATIVO

04	Banco Comunitário de Desenvolvimento Esperança	111679	2012	ATIVO
05	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo - Construcoop-ES	109663	2006	ATIVO
06	FARMÁCIA ALTERNATIVA – FA - Preparação de ervas aromáticas e medicinais	109541	1997	ATIVO
07	GRUPO PRODUTIVO COSTUMES ARTES - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	109676	2002	ATIVO
08	GRUPO SETE MULHERES - GRUPO 7 M - Fabricação de banana passas e derivados	91326	2006	ATIVO
09	Banco Sol – BS	109684	2008	ATIVO (em duplicidade no mapeamento)
10	CAPAS CIDADE – Trabalhos Manuais e Artesanato		2007	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
11	CAPS MOXUARA – Trabalhos Manuais e Artesanato		2007	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
12	MAR E SOL – Artesanato em Conchas		2013	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
13	AIC – Trabalhos Manuais		1998	ATIVO, mas não consta no Mapeamento da SENAES
14	APIÁRIO MOXUARA - Derivados do mel		1996	ATIVO, mas não consta no Mapeamento SENAES
15	PADARIA UM SONHO A MAIS - Biscoitos, bolos e pães caseiros		2011	ATIVO, mas não consta no Mapeamento SENAES
16	Associação de Empreendedores Solidários de Vista Dourada e Adjacências – Aesvda	91.275	2004	ATIVO - Hoje identificado de Costumes Artes
17	ARTE CONFEC - Fabricação de produtos diversos	111.766	2012	INATIVO
18	ARTE SOL – AS - Produção artesanal de artigos em crochê	109.665	2007	INATIVO
19	Associação de Mulheres de Fibras – Amufibra	109.683	2009	INATIVO
20	Confecções De Roupas Ltda Me - Coopersilk	109540	2005	INATIVO
21	FAZENDO ARTE - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	111921	2000	INATIVO
22	GRUPO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA CIDADÃS EM LUTA – CEL - Fabricação de produtos de limpeza e polimento - Produção artesanal de sabões e detergentes	32143	2003	INATIVO
15	GRUPO DE MULHERES PINTANDO E APRENDENDO - Produção de produtos decorativos em cerâmica	111676	2008	INATIVO
17	GRUPO SACOLAS ECOLÓGICAS –GSE	109677	2007	INATIVO
19	GRUPO TRAMAS – TRAMAS - Produção artesanal de tapetes	96724	2006	INATIVO
20	MAR DE FLORES - Produção artesanal de sabões e detergentes	111910	2008	INATIVO
21	PADARIA ESCOLA MASSA SOLIDÁRIA - MASSA SOLIDÁRIA -	91325	2006	INATIVO

Dos 28 empreendimentos solidários listados, sete desses foram identificados como bandas musicais. No entanto, esses não foram considerados nesta pesquisa, visto que delimitou-se não englobar os grupos que geram produtos imateriais. Desta forma, esses sete empreendimentos citados não foram alvo de nossa investigação. Devido a esse fato, a nossa amostra estudada se reduziu à 21 empreendimentos.

O quadro acima demonstra que desses 21 empreendimentos, oito continuam ativos; e 11 estão sem funcionamento. Foi excluído desse contexto o grupo que se apresentou em duplicidade no mapeamento da SENAES, como assinalado acima.

A partir dessa realidade, no contato com a gestão municipal, foi constatado a existência de mais oito empreendimentos, que não se encontrou no mapeamento da SENAES. Isso demonstra uma fragilidade, uma vez que durante o período da realização do mapeamento, a maioria desses oito empreendimentos, encontravam-se em pleno funcionamento, exercendo um diálogo com o nível municipal de gestão, como os demais empreendimentos ativos mapeados, acima demonstrado.

Em relação ao nível municipal de gestão, até 2008, o município contava apenas com uma seção de assuntos em economia solidária, que pertencia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDETUR). Em 2008 o status de seção foi modificado e passou a ser chamada de Gerência de Economia Solidária, mantida na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Essa mudança de status contribuiu para uma melhor estrutura e autonomia, até mesmo no campo orçamentário. No final de 2014 a referida gerência foi transferida para a Secretaria Municipal de Agricultura, e no início de 2016, essa mesma gerência foi integrada à uma autarquia, denominada “Instituto de Desenvolvimento do Município de Cariacica” – IDESC. No momento identificado, a Gerência de Economia Solidária do município encontra-se em plena reestruturação de suas funções e metas a serem desenvolvidas.

No que se refere às ações realizadas pelo nível municipal, identificou-se que o município possui atualmente um Centro Público. Trata-se de um centro de promoção da economia solidária e um espaço público que promove iniciativas como divulgação e venda dos produtos fabricados. Espaço esse que o poder público estabelece, executa e implementa essas ações, com recurso advindo do governo federal.

Além dessa iniciativa, os gestores relataram que desde 2015, encontram-se em funcionamento as Feiras de Economia Solidária que ocorre no saguão da Prefeitura. Essas feiras são realizadas também para incentivar as vendas e a comercialização dos produtos advindos dos empreendimentos solidários.

Outro ponto identificado pelos gestores é que a estrutura municipal de economia solidária é vista pelos empreendimentos, como uma referência e ponto de apoio, para os grupos coletivos que querem progredir em sua implementação. Nesses casos, os gestores buscam executar atividades de incubação, a fim de contribuir para o seu funcionamento.

Uma outra ação identificada é a promoção de incentivos e assessoria para que o empreendimento faça parte do cadastro de economia solidária e serem assim, reconhecidos como tal.

Dentre as ferramentas implementadas para emancipar a Economia Solidária, mencionou-se a existência de uma Lei Municipal de Economia Solidária - Lei 5.079 de 2013, um fundo financeiro para o desenvolvimento de ações, e um fórum de debates para assuntos pertinentes. No entanto, identifica-se que essas ações, não são suficientes para que de fato a política pública de economia solidária no município se estabeleça. O que se observa são apenas iniciativas pontuais para promover espaços de comercialização, visando somente melhorar a renda dos trabalhadores envolvidos.

Feitas as exposições, cabe mencionar a reflexão de Salazar (2008), que interroga sobre, até que ponto o poder municipal contribui para o desenvolvimento da economia solidária? Nessa vertente, outro questionamento se faz presente. Como a instância municipal poderá contribuir mais efetivamente, de forma que gere transformação social? Seguindo esse raciocínio, Benini e Benini (2015) aponta que a interferência estatal resulta numa dicotomia. De acordo com o autor, ao tentar inserir as iniciativas de econômica solidária na pauta de distribuição dos recursos estatais, para o avanço desses empreendimentos, promoveria automaticamente uma perda da autonomia, o que poderá custar caro para esses grupos, uma vez que estariam subordinados às exigências estatais para requerer recursos. Ao mesmo tempo, cabe assinalar que o acesso aos recursos do Estado, poderia alavancar os trabalhos e possibilitar um aumento na geração de renda, a fim de fazer valer o termo economia solidária.

Uma importante reflexão feita por Faria (2009), é o fato de que muitas vezes os empreendimentos geram muito trabalho e pouca renda. Essa realidade foi encontrada em cinco dos empreendimentos visitados, os quais não possuem retiradas mensais.

As respostas aos questionamentos elencados resultariam em outras pesquisas, que se dedicassem entender qual a percepção que os trabalhadores atuantes nesses empreendimentos têm sobre a economia solidária.

Constata-se que as poucas iniciativas de economia solidária encontradas em Cariacica, só conseguiram sobreviver mediante as várias iniciativas existentes,

mencionadas pelos gestores dos empreendimentos, que promovem apoio a esses grupos. Iniciativas essas encontradas tanto nos níveis governamentais, quanto na instância privada. Essa constatação confirma os achados Laville (2009b) e França Filho (2001) que identificam uma economia híbrida.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa apontou fragilidades e limitações, tais como a necessidade de parcerias mais atuantes e de políticas mais intensas, que deverão ser formalizadas nos níveis federados de gestão. Esta percepção se evidencia ao constatar que, sem um diálogo com a instância estatal, as iniciativas privadas e o terceiro setor -, as fragilidades encontradas nos grupos seriam ainda mais intensas.

Nesse cenário, permanece o questionamento de até que ponto a interferência estatal poderia contribuir para o propósito final da economia solidária? Admitiu-se que uma ação que poderia penetrar em diversas instâncias e contribuir com o trabalho solidário, seria o estabelecimento de uma política de Estado, que possibilitaria a formalização de políticas públicas em economias solidárias mais efetivas. Refletiu-se que esse fato traria uma estabilidade entre os órgãos, facilitaria o diálogo entre eles, concederia relações mais pontuais e não estariam restritos às entraves relacionados às mudanças de gestão.

Outro ponto interessante seria identificar que tipo de racionalidade prevalece nesses empreendimentos, em especial àqueles os quais não têm retiradas mensais. Torna-se curioso entender o que motiva o exercício de um trabalho que não gera renda. Como ressaltado anteriormente, a resposta a esses questionamentos, irá depender da percepção que os membros dos empreendimentos possuem em relação à economia solidária. Esses trabalhadores consideram a economia solidária como uma alternativa de trabalho e renda que, com o intuito de escapar do desemprego estrutural, passam a executar um modo de produção diferente do sistema capitalista? Esta é uma interrogação. E quais seriam as outras questões que permeiam essa lógica? No entanto, identificar esses enigmas estariam no bojo de análises de estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova tecnologia**, Vol. 2, São Paulo: Altamira Editora, 2005.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 325-334, 2015. Disponível em < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36555/a-construcao-do-trabalho-associado-sob-a-hegemonia-estatal--organizacao--solidariedade-e-sociabilidade>>. Acesso 03 de março de 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/cariacica>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. *In*: CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. CES. Edições Alamedina, 2009. p.120-127.

FARIA, J. H. de. **Gestão Participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

FRANÇA FILHO, G.C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais, Bahia **Análise & Dados**, Salvador, SEI v 12 n.1, p.9-19 julho, 2002.

FRANÇA FILHO, G.C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemáticas, desafios e vocação Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007

FRANÇA-FILHO, G.C. Novos Arranjos Organizacionais Possíveis? – O fenômeno da Economia Solidária em questão (precisões e complementos), **Organização & Sociedade**, 2001.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LAVILLE, J. L Economia Solidária: um movimento internacional, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, p. 7 – 47, Março 2009a. Disponível em < http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf >. Acesso em 30 de outubro de 2015.

LAVILLE, J.L. **Economia Solidária**. *In*: CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina Brasil: 2009b.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e Educação nas Práticas de Economia Solidária**: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória? 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TERNÓRIO F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual, **RAP**, Rio de Janeiro 32(5):7-23. SET./OUT. 1998.

VASCONCELLOS, R. E. S. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil**: o caso de Manaus. 2011. 116 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Mimeografado, 1998 disponível em <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspUBLICAS.pdf>. Acesso em 13 de fev. 2016.

SCHIOCHET V. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve Trajetória e Desafios**, Ipea, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.